



Pela consolidação da Paz, da Democracia
e do Desenvolvimento Sustentável

I CONVENÇÃO CIDADÃ

**PELA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, DA DEMOCRACIA E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**ÁREA TEMÁTICA
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR**

CONSULTOR: FRANCISCO GOMES WAMBAR

BISSAU 2023



Promotores:



ESPAÇO DE CONCERTAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL



Com apoio técnico e financeiro de:



Índice

I. Introdução

II. Histórico das ações de conservação na Guiné-Bissau

III. Noção das alterações climáticas na Guiné-Bissau

IV. Principais problemas e como é que as OSC se envolvem na sua resolução

V. Há quanto tempo as OSC intervêm no setor e qual o âmbito das suas intervenções?

VI. Que dificuldades encontram?

VII. Os principais eixos de intervenções das OSC

VIII. Os pontos fortes das OSC

IX. Pontos fracos das OSC

X. A coordenação das ações das OSC

XI. O (s) documento (s) estratégico (s) a partir do (s) qual/quais são orientadas as atividades das OSC

XII. Os resultados conseguidos pelas organizações em trabalhar, especificamente, nesta área nos últimos 10 anos?

XIII. Quem são os principais parceiros de financiamento e de implementação?

XIV. O papel do governo ou outra entidade na implementação das atividades na área em que intervêm

XV. Como o trabalho das OSC reflete na mitigação dos efeitos de alterações climáticas e na redução dos impactos de exploração dos recursos naturais no país ou na sua zona de intervenção

XVI. Como as OSC avaliam o estado da conservação dos recursos naturais na Guiné-Bissau

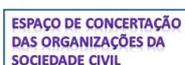
XVII. As perspetivas futuras das OSC na área

XVIII. Conclusões

XIX. Recomendações

Referências

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:





Abreviaturas

ODZH- Organização para a Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau;

BM- Banco Mundial

TINIGUENA - Essa terra é nossa – ONG para o desenvolvimento

ALTERNAG- Associação Guineense para Estudos e Alternativas

AD- Ação para o Desenvolvimento

PRCM-Parceria Regional para Conservação da zona costeira oeste africana

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

ONG Palmeirinha - Uma ONG nacional

NINDJON – “É possível mudar” - ONG para o desenvolvimento

ADEMA - Associação para a defesa do Ambiente

MAVA - Fundação para conservação da biodiversidade

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



Resumo

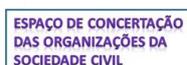
A Ação Ianda Guiné! Djuntu definiu como objetivo geral promover e trabalhar para que os cidadãos da Guiné-Bissau sejam protagonistas na resolução dos problemas coletivos. Para atingir esse objetivo foi visto que reforçar a participação e atuação dos coletivos de cidadãos organizados (OSCs) faz-se necessário. Considerando os resultados obtidos com o programa precedente (UE-PAANE) e com o projeto que lhe sucedeu (UE-PAANE Fase di Kambansa), a presente ação renova o compromisso de apoio através de uma lógica de intervenção estruturada em 3 eixos/produtos que se seguem: a) um dispositivo permanente de âmbito nacional criado e operacionalizado com apoio da UE; b) comunicação, diálogo e partilha de conhecimentos e articulação em rede para a resolução de problemas coletivos reforçados;) Um dispositivo de aprendizagem que permite o aperfeiçoamento das metodologias, e das ferramentas e, ao mesmo tempo, a disseminação de experiências. Neste sentido, a primeira Convenção Cidadã insere-se no quadro das atividades que a Ação Ianda Guiné! Djuntu desenvolve visando diagnosticar as atuações das organizações da sociedade civil organizada em matéria de alterações climáticas e recursos naturais, a fim de compreender a situação e de como elas contribuem para minimizar os efeitos relacionados nas suas áreas de intervenção no país. Esta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender o estado de situação, avaliando a sua implicação nas comunidades humanas e nos recursos naturais. E também pela necessidade de compreender como as organizações da sociedade civil organizada atuam em face do binómio alterações climáticas e recursos naturais. Para isso, foi aplicada a metodologia que integra a caracterização da população do país dependente dos recursos naturais e que podem ser mais afetadas pelas alterações climáticas, a identificação das organizações de sociedade civil organizado que trabalham no domínio ambiental. Envolveu a leituras dos relatórios, dos planos de ações das OSCs, observação dos vídeos e recolha dados através das entrevistas semiestruturadas com um membro da direção de cada OSCs envolvido. Os dados resultantes deste trabalho apontam que as OSCs despendem muito esforço e energia para contribuir no desenvolvimento sustentável através das suas ações com as comunidades locais e tradicionais na Guiné-Bissau.

Palavras-chaves: alterações climáticas, recursos naturais, sociedade civil organizada e Guiné-Bissau.

I. Introdução

Ação Ianda Guiné! Djuntu tem por objetivo geral trabalhar para que os cidadãos da Guiné-Bissau sejam protagonistas na resolução de problemas coletivos. Para o cumprimento deste desiderato, foi assim identificado o seguinte objetivo: reforçar a participação e atuação dos coletivos de cidadãos organizados para a resolução do seu problema. Considerando os resultados obtidos com o programa precedente (UE-PAANE) e com o projeto que lhe sucedeu (UE-PAANE Fase di Kambansa), a presente ação renova o compromisso de trabalho com o grupo-alvo de Coletivos de Cidadãos Organizados, que inclui Organizações da Sociedade Civil e Órgãos de Comunicação Social e as Direções/Secretarias de referência para o Setor da Sociedade Civil e Comunicação Social, havendo ainda intensificação de apoios aos coletivos de cidadãos organizados informais. A Ação Ianda Guiné! Djuntu tem uma lógica de intervenção estruturada em 3 eixos/produtos que se seguem:

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



- P1) Um dispositivo permanente de âmbito nacional criado e operacionalizado com apoio da UE;
- P2) Comunicação, diálogo e partilha de conhecimentos e ligação em rede para a resolução de problemas coletivos reforçados;
- P3) Um dispositivo de aprendizagem que permite o aperfeiçoamento de metodologias e ferramentas e a disseminação de experiências.

A alteração climática e recursos naturais constitui assim um dos temas ou focos em que se concentrará a convenção cidadã, pois faz parte dos fenómenos que podem afetar o bem-estar das pessoas e comunidades em diferentes esferas territoriais como uma comunidade local, um setor ou município, uma região ou até o país.

Para o diagnóstico da atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) relativamente à alterações climáticas e recursos naturais com incidência sobre as comunidades humanas locais foi aplicada uma metodologia de trabalho que integra a identificação das organizações da sociedade civil que atuam na área ambiental e seguida da sua localização. Para tal, foram identificadas oito (8) organizações da sociedade civil que intervêm no domínio ambiental. E dentre eles, cinco (5) têm atuação que cobrem o território nacional, nomeadamente, a Organização para a Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas na Guiné-Bissau (ODZH), a Tiniguena, a ONG- Palmeirinha, a AD (Ação para o Desenvolvimento) e a ALTERNAG (Associação guineense Estudos e Alternativas), KAFO (Unidade de Entreeajuda Social Enraizada no Território).

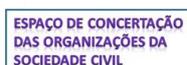
Foram, igualmente, identificadas duas organizações da Sociedade civil como é o caso de ADEMA (Associação para a Defesa do Ambiente) e o NINJON que intervêm no domínio ambiental no Arquipélago Bijagós, sendo que as suas ações se limitam à esfera regional e, em particulares, nas ilhas Bijagós. Para a recolha de informações foi usada a técnica de entrevistas semiestruturados que tem como uma das suas características o uso de um roteiro previamente elaborado e o diálogo com o entrevistado tornando-se mais flexível, interativo e no qual o entrevistador fala menos que o entrevistado (Berks *et al*, 2006). Esta técnica foi escolhida por ser mais adequada aos objetivos pretendidos - ouvir diferentes narrativas focalizadas nas ações das organizações da sociedade civil no domínio ambiental.

Foi feita à análise documental, técnica de pesquisa que tem como fonte, e objeto de estudo, a investigação dos documentos não só textos escritos e oficiais, mas também fotos, vídeos, fotografias, enãre outros, constituindo -se em uma fonte preciosa de coleta de dados e de informação para o pesquisador (Alves *et al*, 2015). No caso específico desta pesquisa foram consultados cinco Planos Estratégicos e cinco Relatórios Anuais das ONG aqui entrevistados, em especial aquelas que desenvolvem atividade em toda a esfera nacional. As técnicas aqui apresentadas enquadram-se na classe de estudos qualitativos que se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenómeno em seu ambiente natural, i. e. onde ele ocorre e do qual faz parte”, tornando, assim, o investigador como principal instrumento na obtenção das informações.

II. Histórico das ações de conservação na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau a ação de conservação começou a ser impulsionada na década de 1975, por Scequite internacional que visava o diagnóstico das potencialidades florestais para a produção de madeira. Esse diagnóstico permitiu fazer o levantamento de diferentes tipos de ecossistemas florestais que se desenvolveram nos diferentes tipos de solos e levou também à criação do corpo de guarda-florestal no país. A **Geosisteme**, que se estabeleceu no país em 1988,

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



fez quase o mesmo trabalho que a empresa anterior, mas com foco na conservação, com o passar do tempo e a evoluir da situação. E ainda em 1988, o Centro de Estudos Internacional Canadense (CECI) que, entretanto, também se estabeleceu no país, direcionou o seu trabalho para a componente faunística, e sob a coordenação nacional da Direção Geral de Floresta e Fauna montaram um gabinete em Mansoa para fazer um inventário faunístico que cobria todo o território nacional incluindo os Bijagós.

Este trabalho possibilitou o conhecimento das potencialidades faunísticas da Guiné-Bissau. E os dados desse trabalho, associados aos dados da parte florestal, constituem as bases para o início do processo de conservação. Assim, foram identificadas as zonas do país que poderiam ser prioritárias em termos de conservação tais como Boé, Dulombi e Cacheu. Em 1989 fizeram o mesmo trabalho nos Bijagós, em bora com conhecimento intuitivo das potencialidades em termos faunístico e da flora. Nesse trabalho identificaram Orango, João Vieira, Poilão, Formosa, Caravela e Umhucumo como *hotspot* da biodiversidade. Os trabalhos realizados por essas organizações nos finais de década de 1980 ao início de 1990 e os dados daí resultantes constituíram uma base para o início dos trabalhos da UICN na Guiné-Bissau, fortalecendo a conservação através da criação e gestão de alguns parques costeiros.

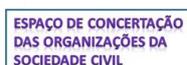
Na década de 1990, com a abertura política, deu-se início à criação das ONGs como a AD (Ação para o Desenvolvimento), que logo no início das suas ações direcionou o seu trabalho para zona de Cantanhez. A Tiniguena, recém-criada, direcionou os seus trabalhos a Ilha de Formosa. A Alternag (Associação Guineense para Estudos e Alternativas), direcionou, igualmente, os seus trabalhos para todo o território nacional, tendo iniciado na região de Cacheu, e depois para a região de Quinara, no sul do país. O programa Palmeirinha da própria UICN direcionou também os seus trabalhos para a educação ambiental nas Áreas Protegidas e depois, direcionou as suas ações para todo o território nacional. Nantnian e outras ONGs direcionaram os seus trabalhos para outras Ilhas dos Bijagós como Bubaque, Orango, e João Vieira e Poilão. Havia também um certo querer fazer por parte das organizações internacionais, fato que impulsionou a estabelecimento das lagoas de Cufada como o primeiro sítio Ramsar da Guiné-Bissau, criada ao abrigo da CONVENÇÃO das Nações Unidas para as Zonas Húmidas de 1971, na Cidade Iraniana Ramsar e ratificada pela Guiné-Bissau na década de 1990.

A criação do programa de planificação costeira contribuiu para o reforço de capacidade dos recursos humanos no domínio da cartografia e que viria a impulsionar a cartografia dos parques e da zona costeira de Guiné-Bissau. Os trabalhos desenvolvidos pela Direção Geral de Floresta e Fauna, em parceria da UICN, criou as bases para o processo de conservação convencional na Guiné-Bissau e permitiu a criação da Planificação Costeira em 1993. E toda a influência da visão, política de conservação e coordenação do processo era assegurada por parte da UICN até, 2002.

Em 2003, a UICN impulsionou a reflexão e a criação de condições para a transferência das suas responsabilidades para uma estrutura nacional a ser criada. Assim foi criado o IBAP (Instituto da Biodiversidade e de Áreas Protegidas) em 2004, um processo apoiado pelo projeto Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira da Guiné-Bis, financiado pelo Banco Mundial, 2004. Com este passa a UICN passa a dar assistência técnica aos processos de conservação para o IBAP, ONGs e outras organizações que trabalham no domínio da conservação no país.

E apesar de uma evolução positiva em termos do surgimento ou criação das instituições voltados para a conservação sejam elas Estatais ou da sociedade civil, o Estado não conseguiu assumir a dinamização do processo da conservação que poderia contribuir para a redução dos

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



conflitos, a garantia da segurança alimentar, a redução da pobreza, a mitigação do êxodo do rural e das alterações climáticas. Ou seja, essa fraca participação na dinamização da conservação contribuiu para a erosão da Biodiversidade da Zona Costeira de Guiné- Bissau, a perda da diversidade dos mecanismos de subsistência que poderia favorecer ainda mais diversificação das economias de base comunitária e a resiliência, face às alterações climáticas, bem como, a disponibilidade dos recursos naturais nas comunidades rurais do país.

Por outro lado, dificultou a complementaridade entre as ONGs que atuam no domínio ambiental e o próprio o Estado, pois estas não conseguem os meios (financeiros, materiais e capital técnico) para atender a mais demandas sociais relacionadas com a conservação, além de serem também impactados pela crônica instabilidade política do país.

III. Noção das alterações climáticas na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau a noção das alterações climáticas chega ao país nos finais da década de 1990, e através de notícias, artigos científicos, jornais e conferências internacionais e nacionais voltados para a questão do meio ambiente e do desenvolvimento, apesar de já terem existido evidências naturais muito pouco reconhecidos como efeitos das alterações climáticas naquele período., ao exemplo das secas prolongas dos finais de década de 1970, a diminuição e a irregularidades das chuvas na região oeste africana, erosão costeira e as evidências da variação do nível do mar dos últimos 40 anos na zona costeira oeste africana (NOBRE & MORENGO, 2011).

A cadeia dos eventos que determina o clima na Terra não se encerra com a ação dos fatores externos (radiação solar, movimentos de rotação e translação da terra) e as ocorrências das estações. Ela também movimenta a maioria dos ciclos químicos e biológicos e, ao mesmo tempo, é responsável pelos movimentos na atmosfera e dos oceanos. Neste sentido, entra em jogo um conjunto dos processos que se amplia e envolvem vários componentes importantes e que integram os fatores internos como a distribuição dos continentes, a disponibilidade de fontes de humidade, relevo e a vegetação (NOBRE & MORENGO, 2011; SOUZA et al, 2005).

A parte dos raios solares que chegam à Terra se transformam em calor na forma de radiação infravermelha. E uma parcela dela tem a dificuldade de retornar integralmente ao espaço, pois é absorvida por gases como o dióxido de carbono (CO₂) e o vapor d'água. Neste contexto destaca-se a importância das zonas húmidas, do solo e das florestas. O fenómeno relacionado com a absorção da radiação solar e a emissão para a atmosfera dos gases que influenciam a vida na terra é conhecido como "efeito estufa natural". Ele é responsável pelo balanço de energia no Sistema terra-atmosfera e acontecia naturalmente na atmosfera da Terra há bilhões de anos. Ela é um dos fenómenos que nos impõe falar do efeito estufa como o aumento da temperatura terrestre, devido a absorção de energia reemitida pela superfície terrestre (NOBRE & MORENGO, 2011).

Como um dos fatores que assegura a vida na terra, cabe aqui enaltecer que num solo coberto de vegetação, as folhas absorvem uma grande quantidade de radiação solar, impedindo a incidência direta na superfície da terra. E entre a vegetação, a parte da energia solar é consumida na evaporação, contribuindo desta forma para o balanço (o balanço) da energia desse sistema. Sem esquecer da sua contribuição para o ciclo da água, do nitrogénio e do dióxido de carbono e outros. E é nesse processo que a destruição das florestas envolve a questão das alterações climáticas e envolve a diminuição dos recursos naturais, do ponto de vista da floresta como habitat, mas também da sua contribuição na produção dos nutrientes e outros serviços naturais fundamentais para a manutenção da saúde das zonas húmidas, dos solos através da melhoria da sua qualidade (NOBRE & MORENGO, 2011; SUGUIO, 2011).

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



A destruição dos sistemas naturais devido às ações antrópicas e as consequências delas surgidas levam, cada vez mais, a tomada de consciência sobre a forma como as alterações climáticas afetam as comunidades humanas e, ao mesmo tempo, impõe o reconhecimento do que o meio ambiente é vital para a sobrevivência do planeta e interfere no modo de vida das comunidades humanas. A esse respeito podemos citar como um exemplo as comunidades humanas localizadas em diversos pontos da zona costeira da Guiné-Bissau que dependem dos recursos naturais para subsistências, para manter as suas economias comunitárias e os seus sistemas tradicionais de saúde (ODZH, 2022; INDJAI, BM, 2020).

Já é perceptível no país que a destruição dos ecossistemas em alguns pontos da zona costeira norte e na região leste de Guiné-Bissau tem consequência na diminuição e disponibilidade dos recursos naturais, fato que induz o surgimento de novas formas de adaptação das comunidades locais nas suas relações com os sistemas naturais e de outros mecanismos de resiliência às ações climáticas, uma dinâmica que pode variar de uma região a outra, ou ainda, de um conjunto de comunidades a outras (ODZH, 2022).

A alteração climática é compreendida como a elevação média da temperatura do ar, atribuída ao aumento da emissão de gases do efeito estufa, devido às atividades humanas. Isso porque, apesar do aquecimento global ser um fenômeno natural, a pressão humana sobre a natureza (ações antropogénicas), é considerada muito impactante, após a revolução industrial e estão a contribuir fortemente para a intensificação das alterações climáticas e para a diminuição dos recursos naturais. E, atualmente, é considerado um dos mais graves problemas ambientais que humanidade terá que confrontar neste e, tal vez, ainda nos outros séculos (NOBRE & MORENGO, 2011).

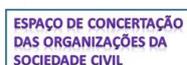
Na locomotiva contínua atual de transformações das comunidades humanas, os países fortemente dependentes da natureza, vêm submetendo ao meio ambiente e ao seus recursos naturais os seus desejos – que, muitas vezes, vão além das necessidades básicas de sobrevivência, sem se preocuparem com os impactos das suas ações no ambiente natural, base das suas culturas e das suas economias face às alterações climáticas que vem se tornando cada vez mais evidentes como um fenômeno que vai afetar, cada vez, mais diferentes comunidades humanas. Segundo as literaturas especializadas em alterações climáticas, os seus efeitos podem atingir de distintas maneiras as sociedades humanas existentes em diferentes continentes (BM, 2020).

Constata-se uma ausência de programas governamentais que vão ao encontro das demandas voltadas para a redução de pobreza, do reforço de capacidade das comunidades locais relacionadas ao uso sustentável dos ativos territoriais, fragmentações dos programas e das políticas públicas nos setores estruturante do desenvolvimento (agricultura, energia, pesca, infraestruturas e educação). Associada a isso, existe uma falta de articulação destes programas com outros setores como o da conservação ambiental, com fortes políticas da conservação e gestão dos recursos naturais que contribui para aumento da degradação dos sistemas naturais, podendo reforçar, cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas e, conseqüentemente, da redução dos recursos naturais. Este fato ainda constitui um desafio para o desenvolvimento sustentável no contexto de Guiné-Bissau (NOBRE & MORENGO, 2011, ODZH, 2023).

IV. Principais problemas e como é que as OSC se envolvem na sua resolução

Os principais desafios do domínio ambiental é de fazer com que as comunidades locais e as suas estruturas sociais assumam a responsabilidade de gestão dos recursos

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



naturais do país para o desenvolvimento sustentável ou durável. Ou seja, para as comunidades locais passaram a olhar doutra forma os seus territórios e construir a partir dos seus ativos territoriais os caminhos para uso durável dos seus patrimónios natural, cultural e desenvolverem as suas capacidades no exercício da cidadania ambiental. Pode-se dizer que as comunidades locais e as OSC têm enfrentado este desafio com alguma responsabilidade, tendo inclusive tido algum sucesso na sua atuação.

Pois, segundo as organizações da sociedade civil consultadas, os problemas de conservação têm sido agravados devido à fraca capacidade do Estado em assumir as suas responsabilidades na construção do desenvolvimento sustentável baseado no uso durável dos recursos naturais face às alterações climáticas.

De acordo com elas, em algumas comunidades humanas locais, são as organizações da sociedade civil organizadas que assumiram ou contribuíram para manter os serviços básicos comunitários como a educação, saúde, promoção e valorização dos recursos naturais através de apoio às fileiras de comercialização desses produtos. Também foram elas que promoveram o uso dos recursos produzidos pelos comunitários na merenda escolar ou cantina escolar.

Também assumiram os desafios de sensibilizar os comunitários, de modo a produzir informações e conhecimentos sobre diferentes contextos e realidades comunitárias com foco na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, valorizando os saberes e conhecimentos das comunidades locais e tradicionais. São elas que têm impulsionado as trocas de conhecimentos através de debates e programas que desenvolveram em diferentes rádios para conservação da natureza e através da participação em diferentes eventos de âmbito nacional e internacional.

A fraca apropriação da conservação dos recursos naturais pelo Estado, associada à fraca difusão e divulgação dos instrumentos legais, constituem também um dos problemas da conservação, ou seja, a conservação não é tida como uma prioridade nacional. E por outro lado, ainda não envolve articulação entre diferentes instituições como as de repressão e investigação em matéria do crime ambiental, o que torna muito difuso e nebuloso a gestão participativa desses recursos (CALAF; TEIXEIRA; DEUS PINTO, 2011)

Outro fator que constituiu, igualmente, problema de conservação é a instabilidade política governativa que contribui para a falta de recursos financeiros e abala a confiança dos parceiros de desenvolvimento, além de não contribuir para construção de regras de transparência. Neste sentido, os desafios são mais difusos e estão ligados a todos os segmentos da vida comunitária que deviam suportar e alimentar o processo de conservação ambiental. Por exemplo a falta de divulgação dos estudos e das leis de conservação existentes nas universidades do país ou melhor, o direito ambiental não é reconhecido no sistema administrativo (LEROY²; IORIS¹, 2009).

O desafio é fazer com que todos os atores da conservação articulem com os diferentes tipos de saberes, para a produção das informações científicas relacionadas com a conservação da natureza, apesar de existirem os conhecimentos tradicionais e

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



culturais voltada para a conservação dos sistemas naturais. É ainda um desafio o aprofundamento das trocas dos saberes e dos conhecimentos por meio de diferentes programas que estão já a contribuir para o desenvolvimento da cidadania ambiental ativa e a apropriação do património natural e cultural como um direito.

Também são desafios os problemas gritantes de saneamento básico relacionados com a remoção dos resíduos sólidos como os plásticos, garrafas e outros, que acabam por afetar os sistemas socioambientais pela disposição dos resíduos ao ar livre e, que consequentemente, chegam às zonas húmidas e à biodiversidade costeira e marinha. O problema da disponibilidade da água potável para o consumo das comunidades locais e tradicionais do interior é considerado, igualmente, um dos desafios por alguns ONGs que atuam no domínio do saneamento como ADEMA e NINDJO

As organizações da sociedade civil percebem estes problemas como algo que pode agravar ainda mais a pobreza pela destruição dos sistemas naturais e socioculturais até aqui conservadas, e que serviram de sustento para as comunidades locais ao longo dos tempos ou, ainda melhor, com os quais as comunidades locais coevoluíram.

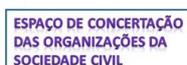
Elas contribuem na minimização destes problemas através dos projetos de parceira regional como os da Fundação MAVA, da PRCM (Parceria Regional para Conservação da zona costeira oeste africana), Wetlands Internacional, PNUD (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento), programas de pequenas subvenções dos fundos das Nações UPPS/GEF, UNICF (Fundo das Nações Unidas para Infância) e EU (União Europeia), IANDA GUINÉ DJUNTU e do Governo de forma indireta e outros.

Os projetos ratificados entre parceiros diretos ou indiretos servem para minimizar algumas dificuldades relacionadas com a conservação. E as demandas das comunidades que direta ou indiretamente podem afetar a conservação nas zonas de intervenção das OSCs ou numa comunidade em particular e inclusive na questão do saneamento básico fazem, igualmente, parte das preocupação das organizações como a ADEMA, ALTERNAG, ONG-PALMEIRINHA, NINDJON e AD. E em algumas comunidades, os fundos foram usados em parte para melhorar as escolas, postos de saúde e criar incentivos aos professores que trabalham nas ilhas, zonas de intervenção de algumas OSC (ADEAMA, 2010; TINIGUENA, 2013).

A construção de fornos de fumaça para pescadores de algumas comunidades de pescadores no litoral faz igualmente parte das soluções; A construção de centenas de fogões melhorados em diversas comunidades para reduzir a pressão sobre a floresta e o mangal; A criação de colmeias comunitárias para a extração do mel de tarrafas e melhorias na construção de furos da água em algumas comunidades vêm engrossar a lista das soluções. Igualmente, importa referir as soluções ou propostas de soluções na área de saneamento básico, através da construção de latrinas, remoção dos resíduos sólidos como garrafas, plásticos e outros, a melhoria de qualidade da água dos poços onde as comunidades carecem da água potável (PALMEIRINHA, 2017);

Na promoção da valorização e comercialização dos produtos locais e realização dos estudos científicos que visam a conservação da biodiversidade e o aprofundamento

Promotores:



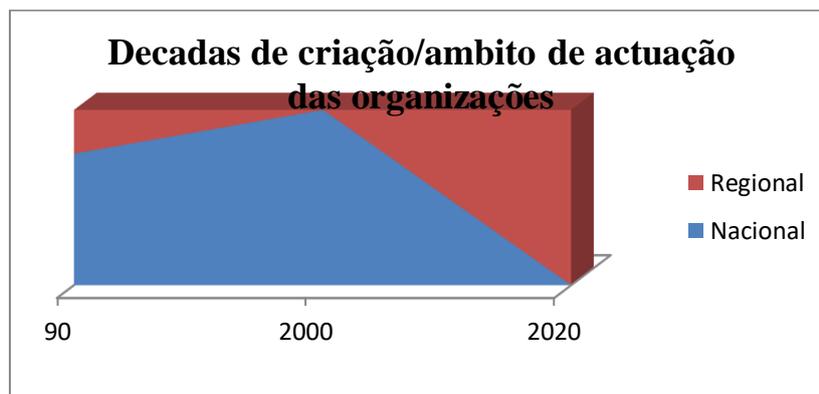
Com apoio técnico e financeiro de:



dos conhecimentos de diversos contextos vividos por diferentes comunidades e com isso contribuem na busca de soluções através dos projetos, de sensibilização e em alguns casos influenciam as melhorias de políticas e programas públicas.

V. Há quanto tempo as OSC intervêm no setor e qual o âmbito das suas intervenções?

As organizações da sociedade civil (OSC) diagnosticadas intervêm no domínio ambiental em média desde há 25 anos (ALTERNAG, AD, Tiniguena, ADEMA na década de 1990), (ODZH, ONG PALMEIRINHA, ano de 2000). O único que foi criado recentemente é NINDJON (2022). A KAFO atua em três regiões do país (Cacheu, OIO, Bafatá). O tempo que a maioria levou, possibilitou a que não só ganhassem experiências no domínio das suas atuações, como também permitiu às OSC terem os conhecimentos reais dos desafios enfrentados pelas comunidades locais em diferentes áreas, o que lhes permite igualmente diversificar um pouco os seus eixos de intervenção, integrando em parte a questão da juventude, do género e da participação democrática na tomada de decisão relacionadas com as questões de saneamento e outras (Figura 1).

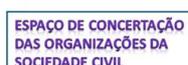


Os dados ilustrados neste gráfico mostram que na década de 90 foram criadas mais organizações e 90% delas atuam a nível nacional, incluindo aquelas que foram criadas na década de 2000 atuam âmbito nacional. De 2020 para frente começam aumentar um pouco as organizações legais que atuam ano âmbito regional na área ambiental. A medida que as organizações vêm crescendo acabam por acumular experiências de trabalho no terreno, criando assim as condições para extensão das suas ações a nível nacional.

desenvolvimento comunitário, a para a tomada de decisão sobre os modos de apropriação e os usos dos recursos naturais e no desenvolvimento das ações contra as alterações climáticas, a degradação ambiental e da sobre-exploração dos recursos pesqueiros (BM, 200020).

A Tiniguena atua no âmbito nacional, mas sem ações em Biombo. A ONG Palmeirinha também atua no âmbito nacional, tal como a ODZH. A AD intervêm em quatro regiões como Quinara, Biombo, Cacheu e Bissau. A ADEMA desenvolve as suas atividades na região de Bolama-Bijagós, enquanto a Nindjom intervem na região de Bolama-Bijagós. A ALTERNAG atua no âmbito nacional, mas com ações mais fortes na região de Quinara, Bissau, Cacheu, e com ações pontuais em algumas outras regiões do país. Os entrevistados afirmam que trabalham muito com o foco do desenvolvimento

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



sustentável, na governança, apoiam a governança local, na conservação do meio ambiente, soberania e segurança alimentar, na valorização dos saberes tradicionais.

VI. Que dificuldades encontram?

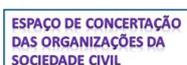
Muitos dos entrevistados no quadro deste estudo afirmaram que as dificuldades estão relacionadas com questões logísticas, nomeadamente de transporte para chegar a diferentes pontos do país como no Leste (região de Bafatá e Gabú), no Sul do país como (Buba, Cantanhez e outros), nos Bijagós como Urok, Orango, João Vieira, Poilão e outras ilhas dos Bijagós, onde realizam as suas atividades de conservação. Alguns relataram as dificuldades em relação aos colaboradores, que muitas vezes não são pessoas com conhecimentos especializados no domínio ambiental e muitas tropeçam nas mensagens que passam. São fatos que sempre estão monitorando e corrigindo para evitar equívocos, pois na conservação abordagem tem que ser certa e precisa no sentido de convencer as pessoas objetos das ações de conservação.

Existem dificuldades de ordem material, pois não conseguem os materiais suficientes de comunicação, de produção de vídeos, do monitoramento das zonas húmidas e da sua biodiversidade, em particular, a avifauna. Para outros tipos de trabalhos de recolha de dados das entrevistas com comunidades, apesar de existir a possibilidade de realizar trabalhos em sinergias com parceiros, têm ainda dificuldades que variam de uma organização para outra. Tudo isso, está relacionado com a questão financeira, que por sua vez, tem a ver com pouca capacidade em termos de angariação dos fundos (Fundraising). As dificuldades em termos de comunicação em língua inglesa e francesa, coloca as OSC numa situação menos confortável em relação às organizações com essas valências na sub-região oeste africana.

A outra dificuldade que também chama a atenção das ONGs entrevistadas foi a questão dos fundos disponibilizados pelas organizações internacionais que trabalham na Guiné-Bissau. Estes são de difícil acesso, e isso acaba impactando de certa forma as organizações que não têm uma boa capacidade de coleta de fundos, de apadrinhamento ou de muita simpatia com os financiadores. Este fato pode estar também relacionado com a capacidade financeira das OSC em recrutar e manter um quadro técnico com muita experiência no domínio de procura de fundos, apadrinhamento ou muita simpatia com financiadores. Esse fato pode estar também relacionados com capacidade financeiras das OSC recrutar e manter um quadro técnico com muita experiência ao longo tempo. Reforço de capacidade em diferentes áreas temáticas e em particular para as organizações da sociedade civil legalizadas e base comunitária.

Para algumas OSC, existem dificuldades em termos de aquisição de materiais por demandar recursos financeiros. Isso acaba dificultar não só a comunicação ambiental, mas também a diversificação das ferramentas de comunicação em mídia, uma vez que exige a adoção de certos meios para atingir o maior público. E por ser muito importante para a visibilidade das ações dos projetos e da organização, acaba por acarretar custos financeiros. Outra dificuldade relaciona-se, muitas vezes, com a delimitação da área de intervenção do projeto pelo próprio doador devido às limitações dos recursos

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



financeiros. Em alguns casos, isso leva as OSC a trabalhar com os poucos recursos financeiros disponíveis.

Um projeto nestas circunstâncias descritas, anteriormente, pode não conseguir grandes resultados como os desejados, mas para evitar isso as OSC realizam atividades em sinergia com outros projetos ou parceiros que trabalham na conservação na zona. Por outro lado, constitui também, um desafio convencer os usuários dos recursos naturais renováveis a deixar de usar certos apetrechos como as redes monofilamento sem outra alternativa para substituir as redes usadas pelos pescadores e é igual para aqueles que usam de forma destrutiva as florestas para sobreviverem dos seus recursos como a lenha, um recurso importante para a produção de pão.

VII. Os principais eixos de intervenções das OSC

Os principais eixos de intervenção das organizações integram a educação, o meio ambiente, a biodiversidade, a educação ambiental, a economia local, as mudanças climáticas, a governação local; as comunidades tradicionais, a agricultura familiar camponesa e a transparência na gestão dos recursos naturais e a restauração dos ecossistemas degradados. O monitoramento dos parâmetros ambientais, a conservação das zonas húmidas e a sua biodiversidade, em particular a avifauna. O saneamento básico e o estabelecimento de parcerias é outra área de intervenção. A segurança alimentar e a criação de centros de formação profissionalizantes nas comunidades também fazem parte dos domínios onde estas organizações intervêm.

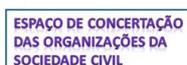
Desenvolvimento comunitário, agro-alimentação, meio ambiente e florestas, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural integrado; e igualmente a promoção de opinião pública e da participação cidadã no exercício dos seus direitos e saúde. Vulgarização das práticas de agroecologias, gestão comunitárias das terras e das florestas, agrobiodiversidade, desenvolvimento das tecnologias apropriadas para transformação agroalimentar e créditos aos camponeses, fornecimento de equipamentos agrícolas, insumos e sementes, fundos de maneio.

VIII. Os pontos fortes das OSC

Para algumas ONG, os pontos fortes integram a produção de materiais de comunicação em educação ambiental, vulgarização das técnicas de construção de fogões melhorados, cinema debate com as comunidades locais, palestras nas escolas, formação dos professores em educação ambiental e apoio às atividades geradoras de rendimento (AGR). A identificação e criação de soluções sobre as questões ambientais, com as comunidades locais como os fogões melhorados, é de uma grande valia para os trabalhos dessas organizações. A criação de redes de professores de educação ambientais em deferentes regiões do país, é certamente um ponto forte.

O empoderamento das comunidades locais (agricultores, jovens, mulheres), promoção da garantia dos direitos fundamentais, bem como, a valorização dos conhecimentos e das técnicas tradicionais e a promoção da economia criativa

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



constituem aspetos que engrandecem os trabalhos destas OSC. Os programas radiofónicos sobre questões ambientais é outra dimensão com grandes impactos. Um outro ponto forte destas OSC prede-se com a sua capacidade de intervenção a nível nacional, bem como o facto de possuírem recursos humanos jovem com especialização diversificada e alguma capacidade de mobilização de recursos.

Para alguns os pontos mais fortes dos trabalhos deles é a sensibilização das comunidades locais de forma a terem uma nova visão sobre as alterações e climáticas. E integra a promoção das apropriações dos territórios e dos recursos naturais para que as comunidades locais passem a participar da melhor forma na governança dos seus territórios. A educação ambiental, a produção de boletins de informações ambientais como por exemplo o Boletim Palmeirinha, promoção do desenvolvimento sustentável.

Pode-se observar nesse aspeto, uma variação daquilo que elas consideram ser os pontos fortes, mas no geral, percebe-se que existe um leque maior das suas atuações, que cobrem uma grande variedade de domínios da problemática ambiental contemporânea, apesar das carências em termos dos recursos financeiros e meios materiais para avançarem mais com projetos e programas de conservação ambiental com as comunidades humanas locais.

IX. Pontos fracos das OSC

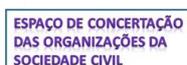
Constituem pontos fracos: a falta dos recursos humanos qualificados em certos domínios é um fato que dificulta a adaptação e a inovação em termos dos projetos e da angariação de fundos para as atividades da conservação. Um outro ponto fraco apontado é o desconhecimento em certos casos das organizações que atuam dentro das comunidades locais e que desenvolvem as mesmas atividades no âmbito comunitário. E isso tem a ver com a falta da cartografia nacional das organizações que atuam no domínio ambiental e das suas áreas de ação. Existe pouca partilha de informações entre as ONG. Para outros, os pontos fracos integram também a falta de um sistema de contabilidade montada e de qualificação do pessoal na gestão ou operacionalização possível deste sistema de contabilidade montada. Este fato limita as OSC no acesso à determinados fundos disponíveis para a conservação.

X. A coordenação das ações das OSC

A coordenação das atividades com outras organizações é através de um comité de pilotagem do projeto. Nas suas reuniões é apresentada um plano de trabalho de acordo com as atividades constantes no projeto. Nas reuniões é também aconselhado para que as organizações trabalhem em sinergia na implementação das suas atividades nas comunidades ou numa determinada zona, de forma a diminuir os custos logísticos. Por outro lado, isto facilitaria na gestão dos recursos humanos e possibilita melhores resultados através da complementaridade entre técnicos mais experientes de cada uma das organizações.

Em cada organização os projetos são coordenados pelos diretores Executivos e a implementação das atividades de um projeto é coordenado por um técnico da

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



organização, responsável para executar um termo de referência das respetivas missões, elaborar os relatórios de missão e apresentar as contas e as faturas das despesas. No caso dos consultores é elaborado um termo de referência e feito um contrato no qual é descrito as responsabilidades de cada uma das partes. Outros possuem pontos focais e as direções das suas instituições e colaboradores locais que contribuem para os objetivos da organização.

Em alguns casos, o fato de estar a trabalhar na mesma zona ou área com outras organizações obriga-nos a fazer sinergias em termos de logística, dos técnicos, mas também em termos de trocas por estar a trabalhar num território com as mesmas comunidades humanas. Isso possibilita multiplicar forças para dinamizar a participação comunitária na governança participativa dos territórios, consequentemente, dos recursos naturais.

XI. O (s) documento (s) estratégico (s) a partir do (s) qual/quais são orientadas as atividades das OSC

Os documentos estratégicos elaborados pelas OSC consultados neste trabalho mostram que as suas ações ou atividades estão em consonância com as orientações estratégicas constantes nos seus planos estratégicos. E, ao mesmo tempo, os planos estratégicos foram elaborados com base na recomendação da maioria dos estatutos consultados destas OSC. E de acordo com os mesmos, pode-se observar semelhanças e diferenças em termos das suas orientações estratégicas. As semelhanças estão voltadas para a educação ambiental, as atividades geradoras de rendimento, a conservação de meio ambiente e sua biodiversidade e mudanças climáticas, resíduos sólidos e reciclagem de resíduos sólidos e igualmente na produção de informações e conhecimentos sobre a problemática ambiental. Em termos dos planos estratégicos observa-se quase o mesmo foco, bem como, nos estatutos das OSC focalizados na questão ambiental.

As diferenças prendem-se com a questão dos jovens e das mulheres, a questão da economia local, da governança local, da agricultura familiar camponesa, do desenvolvimento urbano e rural integrado, da agro-alimentação e da transparência na gestão dos recursos naturais, dos parâmetros ambientais físico químicos, do monitoramento das aves marinhas e aquáticas, das parcerias e do desenvolvimento ecológico. Estas diferenças parecem ser influenciadas pela visão dos agentes dirigentes das OSC e das oportunidades para angariação dos fundos através dos projetos.

XII. Os resultados conseguidos pelas organizações em trabalhar especificamente nesta área nos últimos 10 anos

- Para algumas ONG os resultados conseguidos prendem-se com o seguinte:
- Contribuição na criação de áreas protegidas;
- Influencia nas políticas públicas para melhoria da governança ambiental;
- Criação de programas de educação ambiental para jovens e adolescentes;
- Criação de 34 rádios comunitárias, recuperação do Memorial de Cacheu;
- Repovoamento dos tarrafes na Guiné-Bissau;

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



- Parcerias com várias organizações;
- Boletim Palmeirinha e fogão melhorados nas comunidades locais;
- Educação ambiental e estudos dos parâmetros ambientais físico-químicos; Estudo de granulometria e reforço de capacidade dos professores em educação ambiental;
- Parcerias com as rádios comunitárias para emissão dos programas ambientais;
- Finalmente julgamento de um cidadão pelo crime contra a vida selvagem, caso do envenenamento dos abutres no norte do país;
- Transformação das garrafas em blocos de construção civil e construção de escolas com mão-de-obra local;
- Mudança de decisão sobre acorde de importação do lixo toxico para zona marinha de Guiné-Bissau na década de 90;
- Participação em conferências internacionais sobre o meio ambiente e desenvolvimento na década de 90;
- Alguns indicaram como pontos mais fortes do trabalho deles é a sensibilização de forma a ajudar a comunidades a ganharem outra visão e a impulsionarem outros modos de apropriar dos seus próprios territórios e recursos da boa governança;
- Produção de materiais de comunicação e sensibilização no domínio ambiental. A produção dos desdobráveis, posters, flyers e rullops, dísticos sobre diferentes temáticas para sensibilização;
- Reforço de capacidade dos professores e jornalistas em educação e comunicação ambiental;
- Formação dos agentes comunitários na construção de fogões melhorados, na restauração dos ecossistemas do magal destruído pela antrópica;
- A criação de manuais, em colaboração com o Ministério de Educação e edificações das escolas em algumas localidades;
- Reforço de capacidade no ambito comunitario e jardins infantis comunitários para socializações das crianças e produção de tintas a partir de materiais locais e deixar que sirva de retroalimentação dos objetivos de projeto.

XIII. Quem são os principais parceiros de financiamento e de implementação?

Para a maioria, os principais parceiros financeiros são as ONG INTERPARES, PNUD, PAM, GEF, UE, FUNDAÇÃO HANS WILSDORF, FUNDAÇÃO PRINCE DE MONACO, BLUE VINT WI, GLOBAL INICATIVE, UICN,PNUD, Cooperação Portuguesa, Birdlife Internacional, GRDR, IBAP, Wetlands Internacional, KIKU, Tiniguena, KAFO, DIVUTEC, Ministério de Cultura, ONG Palmeirinha, ODZH, PRCM, UNICEF, VBN, a extinta Fundação MAVA, OXFAN AMERICA, NADEL, IBAP, IANDA GUINÉ, BVN, Embaixada de Holanda e outros; os parceiros de implementação são as comunidades locais identificadas no projeto e parceiros nacionais dos projetos.

XIV. O papel do governo ou doutra entidade na implementação das atividades na área em que intervêm

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



De acordo os entrevistados das OSC, o Governo da Guiné-Bissau é um parceiro de colaboração ou de facilitação. Quando ajuda muito é, talvez, nas taxas de desalfandegação de alguns materiais ou de veículo, na participação de alguns técnicos do Ministério do Ambiente e Biodiversidade nas atividades. Mas nunca receberam um apoio financeiro da parte do Governo.

XV. Como o trabalho das OSC reflete na mitigação dos efeitos de alterações climáticas e na redução dos impactos de exploração dos recursos naturais no país ou na sua zona de intervenção

As ações das OSC estão completamente ligadas à mitigação dos efeitos das alterações climáticas através da sensibilização e promoção do uso das tecnologias sociais que reduzem as pressões sobre as florestas, na restauração de um dos ecossistemas mais importantes da zona costeira com mangal. Também intervêm na sensibilização das populações sobre o uso racional das florestas e de outros recursos de origem animal. Estas ações também têm impacto na recuperação de bolanhas degradadas, nos estudos dos efeitos das mudanças climáticas numa região ou vale de um rio como o rio Mansoa.

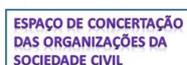
As ações também se fazem sentir nos estudos dos parâmetros físicos e químicos que podem orientar a restauração dos ecossistemas naturais. Na redução no corte de tarrafas para fumagem do pescado nas ilhas, na restauração do mangal, bem como, na sensibilização sobre a importância dos mecanismos naturais como tarrafas na proteção da linha de costa. Mecanismos de luta contra queimadas nas comunidades locais como para-fogos formação e promoção de uso de fumigadores das abélias nas colmeias.

E também em termos da compreensão da variação dos ciclos produtivos em termos da pluviometria, hidrologia, das previsões meteorologias anuais dos ciclos das chuvas pode possibilitar a orientação dos agricultores familiares camponeses nas suas lavouras e em termos da perceção da degradação das bolanhas, que é um pouco mais complexo para avaliar. Também as ações que recaem em termos de busca dos mecanismos para potencializar e sistematizar os conhecimentos tradicionais das comunidades face as alterações climáticas.

XVI. Como as OSC avaliam o estado da conservação dos recursos naturais na Guiné-Bissau

Para uns têm de trabalhar ainda mais no sentido de reforçar a conservação e muita coisa deve ser alinhada para uso racional dos recursos naturais. Algumas comunidades humanas queixam que estão a conservar, mas outras pessoas é que beneficiam das suas ações de conservação. Em outros casos, observa-se uma banalização dos recursos sem regras que possam orientar o seu uso de forma a garantir a sustentabilidade ao longo prazo. Nota-se que há maior pressão sobre os recursos naturais e, atualmente, nas comunidades onde havia muito peixe. Vê-se pouco e o preço que era praticado no passado não é o mesmo e é muito caro, tudo comparado com Bissau.

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



A quantidade que pescavam já não é a mesma que conseguem hoje. Tudo isso reflete-se no aumento demográfico, uso das tecnologias mais avançadas, fraca capacidade de gestão ou gestão participativa ainda frágil, além dos efeitos das alterações climáticas que também impactam sobre os recursos por causa das mudanças nas condições dos habitats, algo muito difícil de mensurar ou diagnosticar no nosso caso, mas pode-se usar a percepção dos pescadores e consumidores como indicador fundamental. Perante tudo isso, é necessária, a sensibilização dos pescadores para uso de malhas adequadas, abandono da rede de monofilamento (*Tchas*) e incentivá-los a participarem na gestão e estabelecimento dos períodos de defeso para espécies que sofrem maior pressão. Além disso há necessidade de rigor no controle da entrada dos novos pescadores e no estabelecimento das regras de fiscalização e de gestão participativa de todo os sistemas que envolvem recursos naturais renováveis ou não.

XVII. As perspetivas futuras das OSC na área

Torna-se necessário o reforçar a sensibilização em diferentes comunidades humanas e estruturas sociais de modo a atingir mais pessoas que de forma direta e indireta não têm o conhecimento claro e informações suficientes sobre a problemática ambiental; Para alguns deve-se perspetivar a criação de uma rede nacional de educação ambiental que cubra todas as regiões e comunidades humanas que são impotentes em termos de recursos naturais; Pretende-se aumentar as ações do reforço de capacidade de mais colaboradores e atores chaves no domínio da conservação ambiental; Trabalhar para uso sustentável dos recursos naturais com as comunidades humanas locais; De fazer participar as escolas corânicas na rede das escolas de verificação ambiental (EVAS); Contribuir na construção ou elaboração de regras que possam orientar as comunidades para não continuarem a destruir os sistemas naturais;

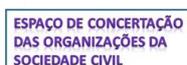
Trabalhar para o cumprimento da legislação vigente no país, sobre a proibição de entrada de sacos plásticos; Elevar o número das escolas de verificação ambiental, aumentar as ações de reforço de capacidade dos técnicos face aos desafios do futuro a nível de diferentes temáticas de conservação e estruturar e fortalecer bases regionais; De ter uma base de dados, à curto espaço de tempo e que permita ter informações sobre as ações realizados pelas ONGs;

Fazer AD tornar o que era antes, retomar as escolas de verificação ambiental, ter uma estrutura voltada para educação ambiental munido de estratégia de comunicação, apoiar mais rádios comunitárias na promoção da cultura de paz e de cidadania, reforço de formação profissionalizante, criação de uma plataforma entre as OSC e as comunidades locais e poderes tradicionais; Dotar as ONG de mecanismos que possam facilitar a comunicação dos seus resultados; Reforçar polos ou estruturas regionais que apoiam as atividades das ONG e reforçar as ações relacionadas com o saneamento básico, bem como, a colaboração entre diferentes OSC do país.

XVIII. Conclusões

As Organizações da Sociedade Civil entrevistadas no quadro deste estudo parecem estar comprometidas com o uso durável dos sistemas socioambientais

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



imbricados, pois compreendem que o desequilíbrio entre ambos pode prejudicar ainda mais as comunidades locais, alterando, cada vez mais, os modos de uso e apropriação dos recursos naturais sustentáveis de base comunitária que existia no passado e que sempre contribuiu para a resiliência das famílias e comunidades locais.

As informações que constam nos documentos que orientam as ações das OSC consultados e recolhidas nas entrevistas por elas concedidas mostram que elas têm uma profunda preocupação com a destruição dos sistemas naturais persistente em todas as regiões do país e que esse fato possa reforçar a desconfiguração dos sistemas socioculturais e socioeconómicos das comunidades locais devido interdependências orgânicas entre ambos. Por outro lado, a manutenção do equilíbrio entre os dois sistemas descritos anteriormente contribuíra para a manutenção das comunidades locais, modos de apropriação e uso de sistemas naturais, os seus sistemas socioeconómicos, sociocultural e do exercício do poder e soberania pela criação dos mecanismos de autonomia (BM, 2020).

Em face das alterações climáticas, as ONG estão a lutar para a manutenção dos serviços prestados pelas florestas, ecossistemas costeiros e marinhos e para manter os sistemas de agricultura durável, no sentido de assim contribuir na construção dos mecanismos autóctones para mitigação dos efeitos das alterações climáticas que não só prejudica os recursos naturais da biodiversidade, provoca a redução dos recursos hídricos e a sua disponibilidade. Perante isto, podemos concluir que as OSC estão a contribuir na construção dos pilares do desenvolvimento sustentável, apesar das instabilidades políticas e do próprio desamparo da conservação da natureza pelo Estado (NOBRE & MORENGO, 2011).

XIX. Recomendações

Seria muito importante que as instituições de conservação e o Estado dialogassem mais à volta das leis de crimes ambientais e ver a forma que poderia estruturar os mecanismos de luta contra crimes ambientais, pois constitui um instrumento indispensável para o sistema de gestão e conservação dos recursos naturais e para minimizar os efeitos das alterações climáticas na Guiné-Bissau (um determinado território ou país);

Para que se reduza a poluição por resíduos sólidos que, hoje, estão desfilando nas nossas zonas húmidas costeiras e afetando a biodiversidade. Seria importante que as OSC em parceria com o Estado, influenciassem a conceção de políticas de responsabilidade administrativa das empresas com base no direito ambiental, pois as empresas não têm responsabilidade administrativas sobre os resíduos que os seus produtos podem provocar ao meio ambiente e conseqüentemente à biodiversidade. O uso desse mecanismo pode contribuir na redução dos impactos ambientais oriundos das atividades económicas e da irresponsabilidade administrativa;

Tendo em consideração as duas primeiras recomendações seria importante para OSC lutarem para a criação de uma estrutura de luta contra crimes ambientais autónomo e de investigação dos crimes ambientais de modo a reforçar a fiscalização nos casos mencionados anteriormente;

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:





Reforçar e apoiar as ações das OSC na criação de deferentes mecanismos de governança local e participativa dos recursos naturais;

Reforçar e fortalecer a participação dos tribunais regionais na luta contra os crimes ambientais;

Para que as Organizações internacionais com capacidade financeira se aproximassem mais as OSC de forma reforçarem mais as ações de conservação da natureza como uma forma de lutar contra pobreza e garantir a segurança alimentar;

Para que as Nações Unidas, União Europeia, União Africana, CEDEAO, CPLP contribuam mais para estabilidade na Guiné-Bissau;

Para que as OSC reforcem ações que visam a valorização dos produtos naturais da organização de fileiras de comercialização;

Para que as OSC contribuam ainda mais para integração das matérias relacionadas com a questão ambiental Universidade existentes no país.

Referências

AD. Plano estratégico de 2018 a 2022;

Banco Mundial. O BUSINESS PLAN: DA CELERAR A AÇÃO PARA O CLIMA CENTRADA NO DESENVOLVIMENTO E PRÓXIMA GERAÇÃO PARA O CLIMA DE ÁFRICA;

Câmara dos Deputados. Aquecimento global e mudanças climáticas. Uma introdução; v.5, n.5, p. 34 - 46, out., 2008^a;

NINDJON. Plano estratégico 2022 - 2026;

NINDJON. Relatório 2022.

ODZH. Plano estratégico de 2023 - 2027;

ODZH. Relatório anuais dos anos de 2022, 2021, 2020, 2019;

Oliveira, G. S; Da Silva, N. F; Henrique, R. Mudanças climáticas: ensino fundamental e médio. Volume nº 13; Brasília, 2009;

ONG- Palmeirinha. Plano estratégico de 2021 a 2025;

ONG- Palmeirinha. Relatório anual 2022;

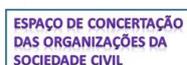
Souza, C. R. G; Suguio, K; Oloveira, P. E. Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto. Editora Holos, 2005;

Suguio, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais. São Paulo, editora oficina de textos, 2010.

Teixeira, W; Toledo, M.C.M; Fairchild, T; Taioli, F. Decifrando a terra. São aulo. Editora Oficina de textos, 2000;

Tiniguena. **Plano estratégico 2021-2025;**

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:





Pela consolidação da Paz, da Democracia
e do Desenvolvimento Sustentável

Tinguena. Relatório anual 2022;

Promotores:



ESPAÇO DE CONCERTAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL



Com apoio técnico e financeiro de:



Financiado pela
União Europeia